

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

05 DEZ 2017

Protocolo: 918/17

Processo: 918/17

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIARecebido, Autue-se  
Inclua em pauta.

05 DEZ 2017

1º Secretário

MENSAGEM N. 286 , DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65 da Constituição do Estado, o anexo Projeto de Lei que "Cria o Projeto Guaporé de Educação Integral - PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental, de 6º ao 9º ano, e dá outras providências."

Senhores Deputados, a propositura em comento tem como objetivo a criação do Projeto Guaporé de Educação Integral - PGEI, o qual será implementado gradativamente, atendendo, inicialmente, os centros educacionais de acordo com os respectivas localidades, sendo os municípios de Porto Velho, EEEFM Bela Vista, EEEFM Flora Calheiros e EEEF Juscelino Kubistchek; de Cacoal, EEEFM Carlos Drummond de Andrade e EEEFM Celso Ferreira da Silva; de Jaru, EEF Nilton de Oliveira de Araújo; de Pimenta Bueno, EEEFM Prof. Valdir Monfredinho; de Rolim de Moura, EEEF Monteiro Lobato; e de Vilhena, EEEF Deputado Genival Nunes.

Trata-se, pois, de Programa vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, que visa a melhoria da qualidade de ensino na rede estadual mediante a execução da política estadual de ensino fundamental em consonância com as diretrizes das políticas educacionais fixadas pela SEDUC com base nos pressupostos básicos da Educação Integral e do Plano Estadual de Educação de Rondônia - PEE/RO, este instituído pela Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015, especialmente a Meta 6 e suas estratégias.

Outrossim, busca sistematizar e expandir ações e inovações pedagógicas e gerenciais, bem como o desenvolvimento e a difusão do modelo de educação integral no Estado de Rondônia, oferecendo formação inicial e continuada de profissionais que atuarão no Projeto.

De igual maneira, organiza as ações nas unidades de ensino vinculadas ao PGEI promovendo a expansão do ensino fundamental de acordo com as desígnios estabelecidos pelo PEE/RO e pelo Plano Nacional de Educação - PNE, promove a participação efetiva da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP, do mesmo modo que viabiliza parcerias com instituições de ensino e pesquisa e entidades públicas ou privadas que busquem colaborar com a ampliação dos objetivos do referido Programa.

No tocante ao provimento alimentício dos educandos no âmbito escolar, informo a Vossas Excelências que serão asseguradas 3 (três) refeições diárias a todos os estudantes matriculados, com a complementação de até R\$ 2,00 (dois reais) por aluno.

Destaco que as despesas decorrentes da execução do PGEI correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento do Poder Executivo, por meio do Programa de Trabalho nº 12.368.1076.2213, já garantido no Plano Plurianual - PPA do ano de 2018.

Insta esclarecer, também, que cabe à SEDUC garantir os recursos financeiros, humanos, didáticos, pedagógicos e estruturais para que a oferta de escolarização seja efetivada de acordo com o planejamento da Gerência de Educação Básica.

SECRETARIA LEGISLATIVA  
RECEBIDO

05 DEZ 2017

Ellen hope



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

Por fim, solicito a revogação da Lei nº 2416, de 18 de fevereiro de 2011, que criou escolas de Educação Integral para melhor adequar a proposta do presente Projeto.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos por mais esta expressiva colaboração, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Assinatura manuscrita em azul de Confúcio Aires Moura.

**CONFÚCIO AIRES MOURA**  
Governador





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Cria o Projeto Guaporé de Educação Integral - PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental, de 6º ao 9º ano, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:**

Art. 1º. Fica criado o Projeto Guaporé de Educação Integral - PGEI nas escolas da rede pública estadual de ensino fundamental, de 6º ao 9º ano, com vistas o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino.

§ 1º. O PGEI será implementado de forma progressiva, observada a estrutura física, a disponibilidade orçamentária e financeira e desenvolvido em regime de matrícula única para as instituições contempladas.

§ 2º. A realização do PGEI deve considerar o disposto no Plano Estadual de Educação de Rondônia - PEE/RO, instituído pela Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015, especialmente a Meta 6 e suas respectivas estratégias.

Art. 2º. O PGEI tem por finalidade:

I - executar a Política Estadual de Ensino Fundamental em consonância com as diretrizes das políticas educacionais fixadas pela Secretaria de Estado da Educação - SEDUC com base nos pressupostos básicos da Educação Integral e do PEE/RO;

II - sistematizar e expandir inovações pedagógicas e gerenciais;

III - desenvolver e difundir o modelo de Educação Integral no Estado;

IV - oferecer formação inicial e continuada aos profissionais que nele atuarão;

V - organizar as ações desenvolvidas nos educandários do ensino fundamental, de 6º ao 9º ano;

VI - promover a expansão do ensino fundamental de acordo com as metas estabelecidas no PEE/RO e no Plano Nacional de Educação - PNE;

VII - consolidar, em instrumentais específicos, os resultados da avaliação quinzenal do processo educativo com o intuito de nortear o planejamento e o acompanhamento de modelos de Projetos e Programas de Gestão nas escolas;

VIII - estimular a participação efetiva da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP; e

IX - viabilizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa, entidades públicas ou privadas e terceiro setor que busquem colaborar com a expansão dos Projetos e Programas de Educação Integral.



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

Art. 3º. O PGEI fica vinculado à estrutura da SEDUC, na Diretoria Geral de Educação, Gerência de Educação Básica e Subgerência de Educação Integral, a quem compete o planejamento e a execução de suas ações nos centros educacionais beneficiados pelo Projeto, em especial:

I - estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das ações pedagógicas e gerenciais nos centros educacionais beneficiados pelo PGEI;

II - gerenciar, em parceria com as Coordenadorias Regionais de Educação - CRE's, o processo de organização e funcionamento das escolas visando a melhoria da qualidade do ensino, a preparação para o trabalho e a inclusão social;

III - endossar a Política da Educação Integral à unidade gerencial dos liceus;

IV - planejar e executar programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao PGEI;

V - implantar, orientar e acompanhar os Projetos e Programas de Educação em Tempo Integral;

VI - disseminar as experiências exitosas às demais escolas da rede estadual de ensino;

VII - garantir o planejamento para a expansão das unidades educacionais favorecidas e definir padrões básicos de funcionamento;

VIII - assegurar, por meio do setor competente, a lotação de profissionais com perfil adequado à proposta do PGEI;

IX - promover, por meio do setor competente, a seleção e contratação de estagiários específicos para atendimento às escolas agraciadas pelo PGEI;

X - gerenciar o processo de definição, institucionalização e funcionamento das escolas vinculadas, associando a qualidade do ensino e a inclusão social;

XI - articular e coordenar novas parcerias com instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas ou privadas, organizações civis sem fins lucrativos e institutos, tencionando ao fortalecimento da política pública de Educação em Tempo Integral, sua ampliação e eficácia;

XII - proporcionar, por meio do setor competente, o espaço físico e infraestrutura adequada às unidades escolares para execução da oferta de escolarização nos moldes da Educação em Tempo Integral;

XIII - afiançar aos docentes todo apoio didático e pedagógico ao efetivo exercício de suas funções.

Art. 4º. O PGEI será implementado inicialmente em 9 (nove) escolas de ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, podendo ser expandido gradativamente, mediante Decreto, às demais escolas da rede estadual de ensino.





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

Art. 5º. O currículo a ser implantado nas escolas será pautado nas normas educacionais vigentes e promoverá a integração da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada estabelecidas no Currículo Básico do ensino fundamental e sua articulação com ações curriculares, na forma prevista no Projeto Pedagógico específico destas unidades.

Parágrafo único. Após a publicação da Base Nacional Comum Curricular, a Matriz Curricular das escolas participantes do PGEI será regulamentada nos termos da legislação vigente.

Art. 6º. O espaço físico das unidades escolares atenderá, obrigatoriamente, ao padrão estabelecido pela SEDUC, contemplando todas as áreas de conhecimento e suas práticas.

Art. 7º. A SEDUC deve assegurar, impreterivelmente, 3 (três) refeições diárias a todos os estudantes matriculados nas escolas de ensino fundamental, com complementação de até R\$ 2,00 (dois reais) por aluno.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento do Poder Executivo, por meio do Programa de Trabalho nº 12.368.1076.2213, já garantido no Plano Plurianual - PPA do ano de 2018.

Art. 8º. A SEDUC deverá garantir os recursos financeiros, humanos, didáticos, pedagógicos e estruturais para que a oferta de escolarização seja efetivada de acordo com o planejamento da Gerência de Educação Básica.

Art. 9º. Compete à SEDUC estabelecer e fortalecer o trabalho em rede nas escolas vinculadas ao PGEI.

Art. 10. O PGEI, inicialmente, atenderá as seguintes escolas:

I - no município de Porto Velho:

- a) EEEFM Bela Vista;
- b) EEEFM Flora Calheiros; e
- c) EEEF Juscelino Kubistchek;

II - no município de Cacoal:

- a) EEEFM Carlos Drummond de Andrade; e
- b) EEEFM Celso Ferreira da Silva;

III - no município de Jaru: EEF Nilton de Oliveira de Araújo;

IV - no município de Pimenta Bueno: EEEFM Prof. Valdir Monfredinho;

V - no município de Rolim de Moura: EEEF Monteiro Lobato; e



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

VI - no município de Vilhena: EEEF Deputado Genival Nunes.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 2.416, de 18 de fevereiro de 2011.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Genival Nunes*